

UNIHOSP SAÚDE LTDA.

CNPJ 01.445.199/0001-24

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados Senhores,

A administração da **UNIHOSP**, submete à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes.

O ano de 2019, foi de grande importância para a empresa, que diante dos vários desafios, fechou importantes parcerias comerciais com novos corretores devido aos lançamentos de novos produtos adaptados ao mercado da região em que atua e com uma melhor relação custo benefício, qualidade e rede de atendimento, de abrangência regional.

Desempenho Operacional e Econômico-Financeiro

Encerramos o exercício de 2019 com 39.140 (trinta e nove mil, cento e quarenta) beneficiários (25.057 em 2018), representando um aumento de carteira de em 56,2%. O aumento da carteira observada nos exercícios reflete a maior atuação comercial da operadora junto a população em sua área de atuação, fruto da reconquista da confiança do cliente local com os serviços assistenciais oferecidos.

A receita operacional líquida obteve crescimento de 38,3% em 2019 em relação a 2018, passando de R\$ 62,2 milhões em 2018 para R\$ 86 milhões em 2019.

A sinistralidade em 2019, medida pela relação entre os eventos indenizáveis líquidos (custo dos serviços médicos hospitalares) e as contraprestações efetivas, cresceu cerca de 0,4%, apresentando-se em 73,2% em 2019 (72,8% em 2018), alinhado com a meta traçada para a OPS, consequência da melhoria contínua da gestão assistencial e aspectos de auditoria médica mais atuante.

No exercício de 2019, a Operadora manteve Suficiência dos principais indicadores estabelecidos pela ANS.

Perspectivas para o Exercício Seguinte:

Dentre as várias perspectivas almeçadas pela administração, para o próximo exercício temos como metas principais: (1) manutenção da carteira de beneficiários com perspectivas de crescimento para o exercício 2020; (2) estabilização do índice de sinistralidade em patamares aceitáveis de mercado que favoreçam as margens de resultados da Operadora, assim como já vem sendo realizado desde o ano 2017; (3) manutenção de despesas administrativas; (4)

Estudos para implementação de Governança Corporativa e Gestão de Riscos, com vistas a estabilização de Capital Regulatório dentro da estrutura de riscos próprios da Operadora e (5) geração lucros como forma de incremento ao Patrimônio Líquido, investimentos e aprimoramentos dos serviços assistenciais prestados aos beneficiários.

Agradecimentos

Nossos agradecimentos aos clientes, prestadores e instituições financeiras, principais responsáveis pelo nosso desenvolvimento, que nos estimulam pela sua preferência e confiança, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e às autoridades ligadas às nossas atividades pela confiança em nós depositada.

São Paulo, 16 de março de 2020

A Diretoria.

Camila Menneh Barusco

Representante Legal

Demonstrações Financeiras

**UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ: 01.445.199/0001-24**

**31 de dezembro de 2019
Com Relatório do Auditor Independente**

UNIHOSP SAÚDE LTDA.

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2018

Índice

Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações auditadas 5

Demonstrações financeiras auditadas:

- Balanço patrimonial 8 e 9
- Demonstração do resultado..... 10
- Demonstração das mutações do patrimônio líquido..... 11
- Demonstração do fluxo de caixa..... 12
- Notas Explicativas..... 13



**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

Aos

Diretores e Administradores da

**UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ: 01.445.199/0001-24**

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Empresa **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da operadora **UNIHOSP SAÚDE LTDA.**, em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à operadora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da operadora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:

A Administração da Operadora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a operadora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Operadora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



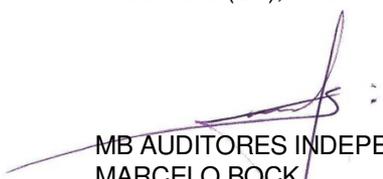
AUDITORES INDEPENDENTES S.S.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, cujos valores são apresentados para fins comparativos, foram por nós examinadas, com Relatório dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras emitido em 22 março de 2019.

Bebedouro-(SP), 27 de março de 2020.


MB AUDITORES INDEPENDENTES SOCIEDADE SIMPLES.
MARCELO BOCK
CRC – 2SP 021390/O-7
CRC - 1SP 128.524/O-0



UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

ATIVO			
	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
ATIVO CIRCULANTE		27.377.149	20.777.299
Disponível	5	669.014	375.453
Realizável		26.708.135	20.401.846
Aplicações Financeiras	6	14.760.731	12.812.484
Aplicações Garantidoras de Provisões Técnicas		12.827.743	11.915.296
Aplicações Livres		1.932.988	897.188
Créditos de Operações com planos de Assist. Saúde	7	6.905.695	7.360.394
Contraprestações Pecuniárias a Receber		6.905.695	7.360.394
Créditos Tributários e Previdenciários	8	125.604	125.604
Bens e Títulos a Receber	9	4.916.106	103.364
ATIVO NÃO CIRCULANTE		6.475.347	1.142.841
Realizável a Longo Prazo	10	6.213.535	862.519
Depósitos Judiciais e Fiscais		6.213.535	862.519
Imobilizado	11	256.735	273.712
Imobilizado de Uso Próprio - Não Hospitalares		256.735	273.712
Intangível	12	5.077	6.610
TOTAL DO ATIVO		33.852.496	21.920.140

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNI Hosp SAÚDE LTDA.
 CNPJ 01.445.199/0001-24
BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

PASSIVO			
	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
PASSIVO CIRCULANTE		<u>16.225.811</u>	<u>7.701.157</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde	12	15.130.409	7.238.056
Provisões de Contraprestações		4.836.311	3.265.975
Provisão de Contraprestações Não Ganha - PCNG		4.836.311	3.265.975
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS		908.499	873.439
Provisão Eventos a Liquidar p/ Outros Prest. Serv.Assist.		2.184.369	1.646.867
Provisão de Eventos Ocorridos e não Avisados (PEONA)		7.201.230	1.451.774
Débitos de Operações de Assistência à Saúde		175.270	-
Receita Antecipada de Contraprestações		175.270	-
Provisões		249.731	44.100
Tributos e Encargos Sociais a Recolher	13	596.859	337.264
Empréstimos e Financiamentos	14	2.232	2.597
Débitos Diversos	15	71.310	79.140
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		<u>3.519.655</u>	<u>1.651.996</u>
Provisões Técnicas de Operações de Assist. à Saúde		232.103	330.577
Provisão Eventos a Liquidar p/ SUS	12	232.103	330.577
Provisões		3.217.586	518.235
Provisões para Ações Judiciais	16	3.217.586	518.235
Tributos e Encargos Sociais a Recolher		69.966	803.183
Parcelamento de Tributos e Contribuições	17	69.966	803.183
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>14.107.029</u>	<u>12.566.987</u>
Capital Social	18	29.842.206	29.842.206
Prejuízos Acumulados		(15.735.177)	(17.275.219)
TOTAL DO PASSIVO		<u>33.852.496</u>	<u>21.920.140</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

	<u>Nota</u>	<u>2019</u>	<u>2018</u>
Contraprestações Efetivas de Plano de Assistência à Saúde		84.941.327	61.166.398
Receitas com Operações de Assistência à Saúde		86.350.947	62.113.078
Contraprestações Líquidas	19	86.350.947	62.113.078
(-)Tributos Diretos de Operações com Pl. Assist. à Saúde da Operadora		(1.409.619)	(946.680)
Eventos Indenizáveis Líquidos		(63.043.864)	(46.103.438)
Eventos Conhecidos e Avisados	20	(57.294.409)	(45.221.108)
Variação da Provisão de Eventos Ocorridos e Não Avisado		(5.749.456)	(882.330)
RESULTADO DAS OPERAÇÕES COM PL.DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE		21.897.463	15.062.960
Outras Despesas Operac. c/ Pl. de Assist. à Saúde da Operadora		(1.574.796)	(873.029)
Outras Despesas de Operações de Pl. de Assist. à Saúde		(1.893.039)	(576.464)
Provisão para Perdas Sobre Créditos		318.243	(296.564)
RESULTADO BRUTO		20.322.667	14.189.931
Despesas de Comercialização		(10.928.463)	(5.361.569)
Despesas Administrativas		(11.245.403)	(8.826.458)
Resultado Financeiro Líquido		4.226.802	726.554
Receitas Financeiras		4.245.982	1.069.418
Despesas Financeiras		(19.180)	(342.864)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		2.375.603	728.458
Imposto de Renda		(608.030)	(236.381)
Contribuição Social		(227.531)	(93.737)
RESULTADO LÍQUIDO		1.540.043	398.340

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018
Em Reais

	<u>Capital Social</u>	<u>Prejuízos Acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>29.842.206</u>	<u>(17.638.519)</u>	<u>12.203.687</u>
Ajuste do Exercício Anterior - Ajuste do Saldo da PEONA 4º TRI/2017		(35.040)	(35.040)
Lucro do Exercício	-	398.340	398.340
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>29.842.206</u>	<u>(17.275.219)</u>	<u>12.566.987</u>
Lucro do Exercício	-	1.540.043	1.540.043
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>29.842.206</u>	<u>(15.735.177)</u>	<u>14.107.029</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP SAÚDE LTDA.
CNPJ 01.445.199/0001-24
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2019 E 2018

Em Reais

	2019	2018
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimento de Plano de Saúde	89.233.461	60.988.945
Resgates de Aplic Finance	13.169.796	29.881.858
Recebto de Juros de Aplic Financeiras	-	-
Outros Recebimentos Operacionais	-	-
Pagamento a Fornecedores / Prestadores de Serviço de Saúde	(58.347.473)	(43.849.047)
Pagamento de Comissões	(11.178.900)	(5.154.442)
Pagamento de Pessoal	(1.232.135)	(1.157.218)
Pagamento de Pró-Labore	(40.570)	(48.466)
Pagamento de Serviços de Terceiros	(4.595.995)	(5.156.462)
Pagamento de Tributos	(3.236.194)	(3.439.153)
Pagamento de Processos Judiciais	(1.225.188)	-
Pagamento de Aluguel	(367.454)	(404.394)
Pagamento de Promoção/Publicidade	-	-
Aplicações Financeiras	(17.659.524)	(29.229.000)
Outros Pagamentos Operacionais	(4.194.641)	(2.559.098)
Caixa Líquido das Atividades Operacionais	325.183	(126.477)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Pagamento de Aquisição de Ativo Imobilizado - Outros	(28.345)	(67.283)
Outros Pagamentos das Atividades de Investimento	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Investimento	(28.345)	(67.283)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Integralização de Capital em Dinheiro	-	-
Recebto de Empréstimos/Financiamentos	2.743	-
Outros Recebto Atividade Financiamento	-	-
Pagto Jrs e Enc s/ Emprést/Financ/Leasing	(3.328)	-
Pagto de Amort de Emprést/Financ/Leasing	(2.692)	-
Pagamento de Participação no Resultado	-	-
Pagamento de Participação no Resultado	-	-
Outros Pagamentos Atividade Financ.	-	-
Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	(3.277)	-
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	293.561	(193.760)
Caixa e Ativos Livres		
No início do Período	375.453	569.213
No fim do Período	669.014	375.453
Aumento líquido de caixa e equivalente de caixa	293.561	(193.760)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

UNIHOSP SAÚDE LTDA.

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do Exercício findo em 31/12/2019

1. Contexto operacional

A UNIHOSP Saúde Ltda. é uma empresa constituída sob a forma de sociedade limitada com fins lucrativos que tem como objetivo a Operação de planos privados de assistência médica a seus associados através de rede própria ou de credenciados de acordo com lei 9.656/98.

A UNIHOSP Saúde Ltda. está registrada na Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS sob o nº 38.525-5.

2. Principais atividades desenvolvidas

No cumprimento de suas atividades, a UNIHOSP Saúde Ltda. assina em nome dos seus sócios, contratos para prestação de serviços inerentes a atividade médica com pessoas físicas e/ou jurídicas de direito público ou privado.

3. Elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras são elaboradas e apresentadas de acordo com o Plano de Contas Padrão instituído pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, estabelecido pela Resolução Normativa RN nº 435 de 23 de novembro de 2018, alterada pelas Resoluções Normativas, RN nº 314 de 23 de novembro de 2012, RN nº 322 de 27 de março de 2013, RN nº 344 de 20 de dezembro de 2013, RN 390 de 02 de dezembro de 2015, RN nº 435 de 23 de novembro de 2018 e RN nº 430 de 07 de dezembro de 2017 consoante às práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, dos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas em conjunto com as correspondentes de 2018, de forma a permitir a comparabilidade.

A conclusão e a emissão destas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Operadora em 21 de fevereiro de 2020.

4. Principais práticas contábeis

a) Regime de escrituração

A Operadora adota o regime de competência para registro de suas operações. A aplicação desse regime implica no reconhecimento das receitas, custos e despesas quando ganhas ou incorridas, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

b) Estimativas contábeis

As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a estas estimativas e premissas incluem provisões para perdas sobre créditos, provisões técnicas, estimativas do valor justo de determinados ativos e passivos, provisões para passivos contingentes, estimativas de vida útil de determinados ativos e outras similares. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente diferentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

c) Aplicações financeiras

Estão demonstradas ao custo de aplicação, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço. As aplicações vinculadas não estão destinadas à negociação ou disponíveis para venda (vide nota explicativa nº 6).

d) Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. Preços preestabelecidos - “Provisão de contraprestação não ganha - PCNG”, e posteriormente sendo reconhecidos como “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde”, no que se refere aos serviços médicos e hospitalares, quando da efetiva cobertura do risco contratual incorrido conforme determinado pela RN nº 393 de 09 de dezembro de 2015 e suas alterações. Preços pós-estabelecidos na conta de “contraprestações efetivas de operações de planos de assistência à saúde” (vide nota explicativa nº 7).

A provisão para perda sobre créditos de liquidação duvidosa está constituída de acordo com o item 10.2.3 do Capítulo I do anexo da Resolução Normativa – RN nº 435 DIOPE/ANS.

e) Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação, incluídos, quando aplicável, os rendimentos auferidos. Os direitos realizáveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificados como não circulante.

f) Imobilizado

Demonstrado pelo custo de aquisição corrigido até 31 de dezembro de 1995 menos as depreciações acumuladas, calculadas pelo método linear a taxas anuais (vide nota explicativa nº 10) e não há indicativos de que seu valor de realização seja inferior ao valor contábil (*impairment*).

g) Intangível

Com as alterações nas Leis nº 6.404/76 e nº 11.941/09, o intangível foi incorporado ao balanço a partir do exercício de 2008 e está relacionado a direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade.

O pronunciamento CPC 04 – Ativo Intangível tem como objetivo definir o tratamento contábil dos ativos intangíveis que não são abrangidos especificamente em outro pronunciamento. Por sua vez, ele estabelece que uma entidade deva reconhecer um ativo intangível apenas se determinados critérios forem atendidos. Além disso, também especifica como apurar e mensurar o valor contábil dos ativos intangíveis, exigindo divulgações específicas sobre esses ativos.

Na UNIHOSP Saúde Ltda. o ativo intangível é representado por licenças e direito de uso de softwares destinados ao sistema operacional corporativo da Operadora e pelo custo de registro de marcas e patentes, apresentados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculadas pelo método linear a taxas anuais permitidas pela legislação fiscal. (vide nota explicativa nº 11).

h) Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

Calculadas de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 209/2009 e alterações, com exceção da provisão de eventos a liquidar que é calculada com base nas faturas de prestadores de serviços de assistência à saúde efetivamente recebidas pelas operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise

preliminar das despesas médicas conforme estabelecido pela RN ANS n° 209/2009 e RN 290/2012 e suas alterações vigentes (vide nota explicativa n° 12)

i) Tributos e encargos sociais a recolher

Calculados com base nos critérios estabelecidos pela legislação vigente, considerando os efeitos tributários demandados pela aplicação das modificações na Lei n° 11.941/09 (vide nota explicativa n° 13).

j) Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço. As obrigações exigíveis após o término do exercício social subsequente à data do balanço patrimonial são classificadas no passivo não circulante.

k) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais

As principais práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes (vide nota explicativa n° 15);

- i)** Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa;
- ii)** Passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Passivos contingentes avaliados como de perda possível não exigem provisão, mas divulgação em nota explicativa, enquanto aqueles avaliados como de perda remota não são provisionados e nem divulgados;
- iii)** Depósitos judiciais: os depósitos judiciais são mantidos no ativo sem a dedução das correspondentes provisões para contingências, em razão do plano contábil da ANS não contemplar essa reclassificação.
- iv)** Obrigações legais são registradas como exigíveis, independentemente da avaliação sobre as possibilidades de êxito, quando originadas de processos em que a Operadora questiona a inconstitucionalidade de tributos.

Na constituição das provisões, a Administração leva em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, à similaridade com processos

anteriores, a complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

l) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e inclui os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais a índices ou taxas oficiais incidentes sobre os ativos circulantes e não circulantes e os passivos circulantes e não circulantes. Do resultado são deduzidas ou acrescidas as parcelas atribuíveis de imposto de renda e contribuição social.

m) Reconhecimento da receita

As contraprestações efetivas são apropriadas à receita considerando-se o período de cobertura do risco, quando tratar-se de contratos com preços pré-estabelecidos. Nos contratos com preços pós-estabelecidos e nas operações de prestação de serviços de assistência à saúde, a apropriação da receita é registrada na data em que se fizerem presentes os fatos geradores da receita, de acordo com as disposições contratuais, ou seja, a data em que ocorrer o efetivo direito ao valor a ser faturado.

n) Reconhecimento dos eventos indenizáveis

Os eventos indenizáveis são constituídos com base no valor das faturas apresentadas pela rede credenciada e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Como parte dessas faturas não são apresentadas dentro do período da sua competência, ou seja, há eventos realizados por prestadores que não são cobrados (avisados) em sua totalidade da Operadora ao final de cada mês, os eventos ocorridos e não avisados são registrados mediante constituição de PEONA – Provisão para eventos ocorridos e não avisados conforme metodologia própria.

o) Informações por segmento

A Operadora está organizada em uma única unidade de negócio, correspondente à atividade de planos de saúde, sendo suas operações controladas e gerenciadas de forma integrada.

p) Normas Internacionais de Contabilidade

A Operadora vem adotando as Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, com exceção da CPC 11 de seguros, CPC 29 – Ativo Biológico e Produto Agrícola, o CPC 34 – Exploração e Avaliação de Recursos Minerais, CPC 35 – Demonstrações Separadas, CPC 44 – Demonstrações Combinadas, CPC 47 – Receitas, CPC 48 – Instrumentos Financeiros, CPC PME – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas e da ICPC-10 do Imobilizado as quais não foram aprovadas pela Agência Nacional de Saúde, portanto não adotadas pelas operadoras de planos de saúde.

As demais Normas Internacionais de Contabilidade aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis são aplicáveis às demonstrações contábeis no que não contrariarem a Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes, no qual em alguns casos não aplica integralmente as situações destacadas nestes pronunciamentos, adotando regras específicas a serem aplicadas ao setor de saúde.

5. Disponível

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Caixa	-	-
Banco conta movimento	669.014	375.453
	669.014	375.453

6. Aplicações financeiras

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Garantidoras de provisões técnicas		
Banco Bradesco S.A. FI Renda Fixa Dedicado ANS	151.528	144.779
Banco Itaú S.A. UBB ANS FI RF Saúde	10.622.747	9.808.214
Banco Santander S.A. FI Renda Fixa ANS	2.053.468	1.962.303
	12.827.743	11.915.296
Livres		
Banco Itaú S.A. Itaú TRUST DI	20.179	126.146
Banco Itaú S.A. Itaú ACTIVE FIX 5	1.792.784	-
Banco Safra S.A. RF Safra CTI Cart Inst	96.533	771.042
Banco Safra S.A. RF Safra TCM Renda Fixa	23.492	-
	1.932.988	897.188
	14.760.731	12.812.484

7. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Planos Individuais - Pré-estabelecidos		
Contraprestações a Receber	5.898.316	7.145.560
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(257.386)	(138.647)
	5.640.930	7.006.913
Planos Coletivos - Pré-estabelecidos		
Créditos a Receber	1.385.724	911.422
(-) Provisão para perdas sobre créditos - PPSC	(120.959)	(557.942)
	1.264.765	353.481
	6.905.695	7.360.394

Corresponde a valores a receber dos planos de saúde da Operadora. A provisão para perda sobre créditos constituída de acordo com os parâmetros estabelecidos pelo capítulo I, item 10, subitem 10.2.3 da RN nº 435 de 23 de novembro de 2018.

As provisões para devedores duvidosos estão constituídas em montante considerado suficiente para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber. As provisões foram efetuadas de acordo com os critérios de avaliação de apropriação contábil e de auditoria descritos no Capítulo I do Anexo I, itens 10.2.3.1 a 10.2.3.5 da Resolução Normativa nº 290/2012 e alterações vigentes da ANS.

8. Créditos tributários e previdenciários

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
IR retido na fonte - IRRF	125.604	125.604
	125.604	125.604

9. Bens e títulos a receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Adiantamentos a Funcionários	1.233	3.364
Adiantamentos a Fornecedores	4.290.335	-
Títulos de Capitalização sobre Aluguéis	376.728	-
Outros Bens e Títulos a Receber	247.809	100.000
	4.916.106	103.364

10. Depósitos Judiciais e Fiscais

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Não Circulante		
Depósitos Judiciais - TSS e Multas ANS	1.182.352	-
Depósitos Judiciais - Ressarcimento ao SUS	160.909	-
Depósitos Judiciais - Cíveis	1.838.878	862.519
	<u>3.182.138</u>	<u>862.519</u>

11. Imobilizado

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2018	Movimentação		Saldos em 31/12/2019
			Custo	Depre- ciação	
Imobilizado de uso próprio - Não hospitalares / odontológicos					
Instalações	10	51.855	35.190	(12.509)	74.536
Máquinas e Equipamentos	10	18.892	17.434	(5.243)	31.083
Materiais de Informática e Periféricos	5	78.396	-	(25.654)	52.743
Móveis e Utensílios	10	124.569	-	(26.195)	98.373
		<u>60.072</u>	<u>52.624</u>	<u>(69.601)</u>	<u>256.735</u>

12. Intangível

	Vida útil estimada	Saldos em 31/12/2018	Movimentação		Saldos em 31/12/2019
			Custo	Amorti- zação	
Intangível - Não hospitalares / odontológicos					
Marcas Comerciais	10	82.744		(82.744)	-
Sistemas de Computação	5	6.610	-	(1.533)	5.077
		<u>89.353</u>	<u>-</u>	<u>(84.277)</u>	<u>5.077</u>

13. Provisões Técnicas de Operações de Assistência à Saúde

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Circulante		
Provisões de contraprestações		
Provisões de contraprestação não ganha - PCNG	4.836.311	3.265.975
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	908.499	873.439
Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores	2.184.369	1.646.867
Provisão de eventos ocorridos e não avisados (PEONA)	7.201.230	1.451.774
	<u>15.130.409</u>	<u>7.238.056</u>
Não Circulante		
Provisão de eventos a liquidar para o SUS	232.103	330.577
	<u>232.103</u>	<u>330.577</u>

Provisão de contraprestação não ganha – PCNG

Caracteriza-se pelo registro contábil do valor mensal cobrado pela operadora para cobertura de risco contratual da vigência que se inicia naquele mês, devendo ser baixada a crédito de Receita de Prêmios ou Contraprestação, no último dia do mês de competência, pelo risco já decorrido no mês.

Provisão para eventos a liquidar SUS

Referem-se a contestados lançamentos realizados pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, visando a cobrança de despesas assistenciais decorrentes de atendimentos dos usuários da Operadora no Sistema Único de Saúde, estando de acordo conforme artº2 da Instrução Normativa nº3 de 19 de outubro de 2010 - DIOPE/DIDES.

Provisão de eventos a liquidar para outros prestadores

Provisão para garantia de eventos já ocorridos, registrados contabilmente e ainda não pagos. RN nº 209/09, RN 393/2015 e alterações vigentes, que determinou a constituição desta provisão a partir de 1º de janeiro de 2010, cujo registro contábil é realizado no momento da apresentação da cobrança às operadoras e na identificação da ocorrência da despesa médica pela comunicação do prestador de serviço, independentemente da existência de qualquer mecanismo, processo ou sistema de intermediação da transmissão, direta ou indiretamente por meio de terceiros, ou da análise preliminar das despesas médicas.

Conforme publicação da RN 227/10 e alterações vigentes, que determinou que a provisão para eventos a liquidar deve ser lastreada por ativos garantidores que atendam os critérios da RN 392/2015 e alterações vigentes.

Provisão para eventos ocorridos e não avisados (PEONA)

Constituída com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução Normativa nº 393 de 09.12.2015 expedida pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS e alterações vigentes, para fazer frente ao pagamento dos eventos que já tenham ocorrido e que ainda não tenham sido avisados pelos prestadores, através da utilização de metodologia própria.

14. Contraprestações recebidas antecipadamente

Referem-se às contraprestações recebidas antes da apropriação pró rata em contraprestações a receber.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Contraprestações Recebidas Antecipadamente	175.270	-
	<u>175.270</u>	<u>-</u>

15. Tributos e encargos sociais a recolher

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
IRPJ e CSLL a recolher	249.731	44.100
INSS a recolher	7.937	14.785
FGTS a recolher	1.832	3.395
PIS e COFINS a recolher	221.682	85.310
Retenções de Impostos e Contribuições	188.771	113.938
Parcelamento Multa Pecuniária ANS	246.603	923.020
	<u>916.556</u>	<u>1.184.547</u>
Circulante	846.590	381.364
Não Circulante	<u>69.966</u>	<u>803.183</u>
	<u>916.556</u>	<u>1.184.547</u>

16. Débitos diversos

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Obrigações com Pessoal	55.377	79.140
Fornecedores	15.633	-
	<u>71.010</u>	<u>79.140</u>

17. Provisões para ações judiciais

A Operadora é parte em processos cíveis, trabalhistas e junto à Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco provável por seus advogados, para os quais foram constituídas provisões. Em 31 de dezembro de 2019, os valores provisionados foram os seguintes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão para multas administrativas ANS	1.343.261	-
Provisão para ações cíveis	1.838.878	466.805
Provisão para ações trabalhistas	35.448	51.430
	<u>3.217.586</u>	<u>518.235</u>

18. Patrimônio líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Capital Social	29.842.206	29.842.206
Lucros (Prejuízos) acumulados	(15.735.177)	(17.673.559)
	<u>14.107.029</u>	<u>12.168.647</u>

Capital social

O capital social integralizado em 31 de dezembro de 2019 está representado por 29.842.206 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e dois mil, duzentos e seis) cotas no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

Resultado

Resultado líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi no valor de R\$ 1.540.042,52 (Um milhão, quinhentos e quarenta mil, quarenta e dois reais e cinquenta e dois centavos).

19. Contraprestações líquidas

Registradas no montante de R\$ 86.350.947 (oitenta e seis milhões, trezentos e cinquenta mil, novecentos e quarenta e sete reais) no exercício de 2019 e R\$ 62.113.078, no exercício de 2018, correspondem às receitas oriundas de mensalidades e faturas de beneficiários de planos de assistência médico-hospitalar individuais e coletivos oferecidos pela Operadora.

20. Eventos conhecidos e avisados

Registrados no montante de R\$ 57.294.409 (cinquenta e sete milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quatrocentos e nove reais) no exercício de 2019 e R\$ 45.221.108, no exercício de 2018, correspondem aos custos dos serviços de assistência médico-hospitalar prestados aos beneficiários da Operadora.

21. Garantias financeiras

Patrimônio mínimo ajustado

Calculado a partir da multiplicação de um fator variável “K”, obtido no anexo I da RN nº 209/2009, pelo capital base reajustado pelo IPCA em julho de cada ano. O Capital Social da Operadora excede o valor do patrimônio mínimo - PMA exigido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Margem de solvência

A Margem de Solvência corresponde à suficiência do Patrimônio Líquido, podendo ser ajustada conforme art. 6º da RN 209 da ANS. É uma reserva suplementar às provisões técnicas que a operadora deverá dispor, para suportar oscilações das suas operações advindas de perdas do ativo, mal dimensionamento das provisões técnicas e mudanças que afetem o setor tais como: aumento de sinistralidade e evasão de beneficiários. A Operadora deverá constituir até dezembro de 2022 a margem de solvência correspondente as suas atividades. Em 31/12/2019 a margem de solvência calculada para a UNIHOSP Saúde Ltda. está suficiente conforme demonstramos:

	31/12/2019
Patrimônio Líquido encerrado	14.107.029
(-) Intangível	(5.077)
(=) Patrimônio Mínimo Ajustado	14.101.953
Patrimônio mínimo (PMA) (Fator K)	2.268.645
A- Contraprestações Líquidas - Soma dos ú	86.070.947
B- Eventos Indenizáveis Líquidos - Média A	53.924.207
Valor I - 20% x (A + 50% x C)	17.214.189
Valor II - 33% x (B + 50% x D)	17.794.988
Margem de Solvência total (exigida em 202	17.794.988
Proporcionalidade da Margem de Solvênci	77,90%
Margem de Solvência parcial (2019)	13.862.296
(-) Ajuste despesas com programas aprova	-
Margem de Solvência exigida (2018)	13.862.296
Suficiência de Margem de Solvência	239.657

Ativos garantidores

Os ativos garantidores são bens imóveis, ações, títulos ou valores mobiliários de titularidade da Operadora, que lastreiam as provisões técnicas. Esses ativos representam a efetivação financeira real da garantia escritural refletida pelas provisões.

As regras referentes à aceitação, registro, vinculação, custódia, movimentação e diversificação dos ativos garantidores estão dispostas na Resolução Normativa nº 392 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2019 a necessidade de lastro e vínculo da UNIHOSP Saúde está suficiente.

Apresentamos, a seguir, o resumo da situação dos ativos garantidores em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019
APLICAÇÕES GARANTIDORAS TOTAIS	12.752.680
(-) PASSIVOS EXIGÍVEIS DE APLICAÇÕES GARANTIDORAS	
PEONA Provisão p/ Eventos Ocorridos e Ñ Avisados	7.201.230
Ressarcimento ao SUS Débitos Pendentes	533.394
Ressarcimento ao SUS (ABI x %hc)	284.453
x Percentual de Adimplência	88,36%
	33.110
Rede Credenciada - Saldo Total	2.184.369
Soma dos Passivos Exigíveis	9.952.103
SUFICIÊNCIA	2.800.577

22. Cobertura de seguros

A administração da Operadora tem por política contratar seguros contra incêndios e riscos diversos com cobertura considerada suficiente, pelos assessores especialistas em seguros, para assegurar, em caso de sinistros, a reposição dos bens e a sua respectiva continuidade operacional.

23. Instrumentos financeiros

Avaliação de instrumentos financeiros

A administração procedeu a análise dos instrumentos financeiros que compõem o ativo e o passivo e concluiu que o valor justo das disponibilidades, créditos de operações com planos de assistência à saúde e não relacionados com planos de saúde da Operadora e os passivos circulantes, principalmente provisão de eventos a liquidar e débitos de operações de assistência à saúde aproximam-se do saldo contábil, cujos critérios de contabilização e valores estão informados nas demonstrações financeiras, em razão de o vencimento de parte significativa desses saldos ocorrer em data próxima à do balanço patrimonial.

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a Operadora não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Fatores de risco

A Operadora apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

a) Risco de crédito

Risco do não recebimento de valores decorrentes da prestação de serviços médico-hospitalares ou da impossibilidade de resgate de aplicações e investimentos mantidos junto a instituições financeiras.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de sua carteira de recebíveis e dos índices de inadimplência, bem como mantém suas aplicações em instituições renomadas e com baixo risco de crédito.

b) Risco de liquidez

Risco da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Operadora honre seus compromissos no prazo, em razão do descasamento entre o fluxo de pagamentos e o fluxo de recebimentos, considerando os diferentes prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

Para atenuar esse risco, a Operadora tem por prática o acompanhamento permanente de seu fluxo de caixa, avaliando a adequação dos prazos de recebimentos e pagamentos de operações relativas a plano de saúde, geralmente caracterizadas por prazos de recebimentos e pagamentos consideravelmente curtos.

c) Risco de taxas de juros

Risco de alterações nas taxas de juros que possam trazer impactos significativos sobre os rendimentos dos recursos aplicados ou sobre a remuneração dos recursos captados no mercado financeiro.

Para minimizar possíveis impactos de oscilações em taxas de juros, a Operadora tem por prática realizar aplicações financeiras conservadoras em títulos de renda fixa (CDB e Fundos de investimento) junto a bancos de primeira linha, bem como evita a contratação de empréstimos de montante elevado.

d) Risco operacional

Risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de diversas causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Operadora, bem como a fatores externos decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

A administração da operadora é responsável pelo contínuo desenvolvimento e implementação de controles para tratar e administrar riscos operacionais, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação. São eles:

- exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações;

- exigências para a reconciliação e monitoramento de operações;
- cumprimento de exigências regulatórias e legais;
- documentação de controle e procedimentos;
- exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação e controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados;
- exigências de reportar perdas e as ações corretivas propostas;
- desenvolvimento de planos de contingências; e
- padrões éticos e comerciais.

24. Eventos subsequentes

Não ocorreram eventos entre a data de encerramento do exercício social e de elaboração das demonstrações contábeis, que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Camila Menneh Barusco
Representante Legal

Carlos Monis Medeiros
CRC 1SP163642/O-5